



ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS JURÍDICAS - ACLJUR

ESTATUTO SOCIAL

Art. 1º - A ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS JURÍDICAS - ACLJUR, fundada em 28 de setembro de 2011, com sede e foro na Av. Pontes Vieira, 2680, Dionísio Torres, nesta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, CEP 60130-241, é uma associação civil, com prazo de duração indeterminado, sem finalidade lucrativa, constituída por brasileiros, bacharéis em Direito, de notável saber jurídico e ilibada idoneidade.

Parágrafo único. A ACLJUR não tem filiais, mas poderá criá-las em qualquer parte do País, podendo filiar-se à Academia Brasileira de Letras Jurídicas, com sede no Rio de Janeiro, entidade de caráter federativo e que visa a congregação de entidades congêneres estaduais e a outras entidades de cunho cultural, por aprovação da maioria dos membros efetivos da arcádia.

Art. 2º. A Academia tem por finalidade o estudo do Direito em todos os seus ramos e o aperfeiçoamento e difusão das letras jurídicas, funcionando de acordo com as leis aplicáveis e as normas estabelecidas neste Estatuto.

DOS ACADÊMICOS

Art. 3º. A Academia Cearense de Letras Jurídicas é composta de 40 (quarenta) Membros Efetivos e número ilimitado de Membros Honorários, Beneméritos e Correspondentes.

Art. 4º. São Membros Efetivos, os fundadores e os que, após eleitos em escrutínio, por maioria de votos dos acadêmicos efetivos presentes à sessão especial, forem devida e regularmente empossados.

§ 1º. São membros fundadores da ACLJUR as pessoas que assinaram a lista de presenças na Assembleia de fundação, realizada no dia 28 de setembro de 2011.

§2º. O membro da ACLJUR, após empossado, receberá o tratamento de Acadêmico.

Art. 5º. São direitos dos Acadêmicos, além dos que decorrem de sua condição:

- I – votar e ser votado para cargos de direção;
- II – usar as insígnias e o título acadêmico;

§1º. O direito de votar e ser votado é reservado ao Acadêmico Membro Efetivo em dia com suas obrigações perante a Academia.



§2º. Os membros da diretoria poderão representar a Academia em qualquer reunião solene, observada a prevalência do cargo.

Art. 6º. São deveres do Acadêmico:

- I – votar nas eleições e deliberações;
- II – desempenhar com zelo mandatos ou encargos que lhes forem confiados por eleição ou designação;
- III – zelar pelo bom nome da Academia e pela dignidade da investidura acadêmica;
- IV – comparecer, sempre que possível, às sessões da Academia.
- V – contribuir com a anuidade de manutenção dos serviços da Academia.

Art. 7º. Os Membros Correspondentes, nacionais ou estrangeiros, devem ser juristas ou advogados de reconhecido mérito; os Honorários, pessoas que tenham prestado notórios serviços à cultura jurídica ou à sua difusão; Beneméritos, os que tenham auxiliado de forma relevante à Academia e a tiverem estimulado a alcançar seus objetivos institucionais.

Parágrafo único. Os membros classificados no caput deste artigo deverão fornecer à Academia seus dados biográficos essenciais e serão eleitos por maioria de votos dos Acadêmicos efetivos presentes à sessão especial, após proposta apresentada por, pelo menos, três acadêmicos ou pela Diretoria.

DAS RENDAS, DO PATRIMÔNIO E DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º - A Academia terá como patrimônio os bens, inclusive imóveis e direitos, que vier a adquirir; como rendas as contribuições associativas, as promocionais, as doações, as eventuais e as decorrentes de eventos culturais; e terá como órgãos da Administração a Diretoria e a Assembleia Geral.

DA DIRETORIA

Art. 9º. A Diretoria da Academia, cujos membros não serão remunerados, compõe-se de: 1 (um) Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 3º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Diretor Cultural.

Parágrafo único. A Academia manterá um cargo de Presidente de Honra, com mandato vitalício, o qual, inicialmente, será ocupado pelo jurista Paulo Fernandes Bonavides, e, em caso de vacância, será preenchido por eleição pela Academia, em sessão especialmente convocada para esse fim e mediante voto da maioria dos presentes.

Art. 10. A Diretoria é responsável pela administração da Academia e de seus bens, a quem compete fixar tarifas e emolumentos por serviços prestados,



aprovar o regimento interno e instituir as contribuições associativas e estabelecer seus valores.

Parágrafo único. Os Membros da Academia não respondem individualmente pelas obrigações contraídas, expressa ou tacitamente, em nome desta.

Art. 11. A Diretoria se reunirá, sempre que necessário, convocada pelo Presidente ou pela maioria dos Diretores.

Art. 12. A renúncia coletiva impõe a renovação de toda a Diretoria.

§ 1º. Nessa hipótese, assumirá a Presidência o Acadêmico mais antigo, que nomeará auxiliares e convocará a Academia para, na sessão ordinária seguinte, eleger a nova Diretoria, que completará o mandato.

§ 2º. Se todos os Acadêmicos tiverem a mesma antiguidade, assumirá a presidência o mais idoso.

§ 3º. Na hipótese de a renúncia ocorrer nos últimos dois meses do mandato, não haverá eleição e o Presidente nomeará os demais membros da Diretoria, para completar o período.

DO PRESIDENTE

Art. 13. Compete ao Presidente:

- a) dirigir os trabalhos da Academia, geri-la e representá-la judicial ou extrajudicialmente;
- b) cumprir e fazer cumprir os preceitos estatutários e regimentais;
- c) rubricar os livros da Academia, assinar com o 2º Secretário as atas aprovadas e despachar o expediente;
- d) assinar com o 1º Secretário os diplomas;
- e) nomear comissões e dissolvê-las, ouvida a Diretoria;
- f) designar Acadêmicos para a recepção dos Membros Eleitos;
- g) autorizar despesas, visando com o Tesoureiro os respectivos documentos, e assinando cheques e demais documentos necessários à movimentação financeira, inclusive em agências bancárias, entre elas, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal S/A;
- h) admitir, suspender, demitir e movimentar os empregados da Academia;
- i) presidir as reuniões da Diretoria e as sessões da Academia.
- j) apresentar relatório anual de sua gestão.

Parágrafo único. Ao Presidente, além do direito de sufrágio como Acadêmico, lhe compete o voto de qualidade nas deliberações comuns.



DO 1º VICE-PRESIDENTE

Art. 14. Compete ao 1º Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos e desempenhar as tarefas a ele delegadas pelo Presidente.

DO 2º VICE-PRESIDENTE

Art. 15. Compete ao 2º Vice-Presidente substituir o 1º Vice-Presidente ou o Presidente, em suas faltas ou impedimentos e desempenhar as tarefas a ele delegadas pelo Presidente.

DO 1º SECRETÁRIO

Art. 16. Compete ao 1º Secretário:

- a)) superintender os trabalhos da Secretaria;
- b) redigir e assinar toda a correspondência da Academia, excluída a da competência do Presidente;
- c) apurar as votações, juntamente com os escrutinadores;
- d) organizar a pauta para as sessões;
- e) assessorar o Presidente na administração da Academia;
- f) assinar os diplomas juntamente com o Presidente;
- g) desempenhar as tarefas a ele delegadas pelo Presidente

DO 2º SECRETÁRIO

Art. 17. Compete ao 2º Secretário substituir o 1º Secretário, na sua falta, além de redigir e ler as atas e apresentar o relatório anual.

DO 3º SECRETÁRIO

Art. 18. Compete ao 3º Secretário substituir o 2º Secretário, na sua falta ou impedimentos e auxiliar nos serviços da secretaria.

DO 1º TESOUREIRO

Art. 19. Compete ao 1º Tesoureiro:

- a) proceder ao recebimento de quaisquer valores pecuniários que couberem à Academia, depositando-os em estabelecimentos idôneos;
- b) efetuar os pagamentos autorizados pelo Presidente;
- c) providenciar para que sejam mantidos em dia os serviços contábeis;
- d) organizar, no começo de cada exercício, a respectiva proposta orçamentária;



e) apresentar ao Presidente, no fim de cada exercício, uma exposição sobre o movimento da Tesouraria, além do balanço a ser levado a aprovação da Assembleia Geral.

DO 2º TESOUREIRO

Art. 20. Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos, bem como auxiliá-lo nos serviços da Tesouraria.

DO DIRETOR CULTURAL

Art. 21. Ao Diretor Cultural compete:

- a) superintender os serviços da Biblioteca e do Arquivo, zelando pela catalogação, conservação e enriquecimento do acervo de livros e documentos;
- b) registrar em livro especial as doações e compras efetuadas;
- c) propor à Diretoria a difusão ou publicação de trabalhos e obras dos Acadêmicos de reconhecido valor;
- d) apresentar anualmente informes relativos ao seu setor.

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 22. A Assembleia Geral constitui-se no mais alto órgão da Academia, reunir-se-á com um quórum mínimo de quatorze membros efetivos e suas decisões somente poderão ser modificadas por outra Assembleia, decorridos no mínimo noventa dias.

Art. 23. A Assembleia Geral reunir-se-á:

- a) ordinariamente, no primeiro quadrimestre de cada ano para aprovar as contas da diretoria; e,
- b) extraordinariamente, por convocação do Presidente da Diretoria ou por requerimento de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Associados Efetivos em dia com suas obrigações.

§ 1º. As deliberações das Assembleias serão tomadas por voto secreto, por maioria simples, salvo as exceções previstas neste Estatuto.

§ 2º. É permitida a representação do Acadêmico por outro Acadêmico, mediante procuração ou autorização específica para o ato emitida pelo representado, limitando-se a uma única representação por Acadêmico.

Art. 24. Compete privativamente à Assembleia Geral:

- a) destituir os administradores; e
- b) alterar o Estatuto Social.

§ 1º. Para destituição de administrador exige-se a presença na Assembleia



Geral, especialmente convocada para esse fim, de pelo menos metade mais um dos Acadêmicos com direito a voto, e o voto favorável de, pelo menos, $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos presentes.

§ 2º. Por maioria simples, a Assembleia Geral poderá alterar o presente Estatuto, desde que convocada com este objetivo, respeitado o prazo de 30 (trinta) dias entre a convocação e a sua realização e mediante proposta da Diretoria ou do Presidente desta.

Art. 25. A Academia reunir-se-á solenemente, sem caráter deliberativo, para a recepção dos seus Membros Efetivos.

§ 1º. Quando presentes em qualquer solenidade serão convidados para a Mesa os Presidentes de outras Academias, os Ministros dos Tribunais e outras pessoas gradadas, de acordo com o protocolo usual.

§ 2º. Nas sessões de recepção, o novo Acadêmico será introduzido no recinto por uma comissão de três confrades, nomeada pelo Presidente e fará o elogio do seu antecessor, referindo-se ao Patrono e demais ocupantes da Cadeira.

§ 3º. Findo o discurso o recipiendário assinará o termo de posse e o Presidente proclama-lo-á empossado, entregando-lhe o diploma e impondo-lhe as insígnias respectivas ou designando um outro Acadêmico ou familiar do recipiendário para que o faça.

§ 4º. O Acadêmico incumbido de saudar o recipiendário falará sobre a sua vida e a sua obra.

§ 5º. Serão, ainda, solenes as sessões de Posse da Diretoria e outras a juízo desta.

DAS ELEIÇÕES

Art. 26. A eleição da Diretoria ocorrerá no mês de setembro, de três em três anos, em reunião da Assembleia Geral Eleitoral, convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. O edital de convocação das eleições determinará os prazos de registro e demais atos preparatórios.

Art. 27. O mandato dos membros da Diretoria é de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

Art. 28. O voto é secreto, permitindo-se procuração específica para o associado representar o voto de um membro não presente.

Parágrafo único. Havendo somente uma chapa inscrita, a eleição poderá ser procedida por aclamação, a critério da Assembleia Geral.



1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Registro Microfilmado
nº 149362

DA INSCRIÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS

Art. 29. A inscrição à vaga de Membro efetivo será declarada aberta por sessenta dias, na primeira sessão da Academia, após a vacância da Cadeira.

§ 1º. Para candidatar-se à vaga de Membro Efetivo o pretendente deverá encaminhar pedido de inscrição acompanhado de *curriculum* que contenha, no mínimo, a publicação de uma obra, seja artigo ou livro. Sendo livro, este deverá ficha catalográfica nos moldes da Câmara Brasileira do Livro e, se for publicação de artigos, a revista ou a coletânea deverá conter o ISSN.

§ 2º. Terminado o prazo de inscrição e havendo candidatos inscritos, o Presidente marcará a eleição para a segunda sessão subsequente, dando ciência aos Acadêmicos.

§ 3º. Não havendo candidato, será prorrogado o prazo por mais trinta dias.

§ 4º. Só a posse confere o *status* ao Acadêmico e o prazo para a sua posse não excederá de seis meses, contados da eleição, salvo força maior.

§ 5º. Não havendo a posse por culpa do eleito, o Presidente, ouvido o Plenário, declarará vaga a Cadeira abrindo novo prazo para inscrição, da qual não poderá participar o candidato eleito que perdeu a Cadeira.

§ 6º. O Acadêmico ainda não empossado poderá tomar parte nas sessões da Academia.

DA EXCLUSÃO DE ASSOCIADO

Art. 30. Os Associados Efetivos e Correspondentes somente poderão ser excluídos da Academia pela Assembleia Geral, em razão de:

- a) pedido do interessado, por escrito, acompanhado do Diploma, da identidade e do Colar Acadêmico;
- b) por falta de cumprimento das obrigações estabelecidas neste Estatuto;
- c) perda dos direitos de liberdade em processo transitado em julgado, por crime infamante, a critério da Assembleia Geral; e,
- d) decorrência de ato público e notório que constitua desprestígio para a Academia apurados pela Comissão de Mérito ou por Comissão Especial, nomeada pela Presidência.

§ 1º. A pena de exclusão só poderá ser aplicada ao Associado depois de ouvida a Comissão encarregada e da decisão da Assembleia Geral, por 2/3 (dois terços) dos presentes, no mínimo, reservando-se ao Associado, com a devida antecedência, o amplo direito de defesa.

§ 2º. Durante o processo de exclusão, o associado poderá ser suspenso preventivamente, por decisão da Assembleia Geral, especialmente convocada para



tal fim, depois de ouvido o associado.

§ 3º. É passível de exclusão o associado que não compareça a duas Assembleias gerais consecutivas, sem motivo justo, ou com atraso em mais de três contribuições mensais que, notificado para regularizar-se, não o fizer no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 31. As normas constantes do artigo anterior poderão ser aplicadas às demais Categorias de Associados, com base em decisão da Assembleia Geral.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. Cada Cadeira terá um Patrono, assim, respectivamente, nominados: 01 - Clóvis Beviláqua; 02 - Quintino Cunha; 03 - Joaquim Pimenta; 04 - Barão de Sobral; 05 - Gustavo Barroso; 06 - Raimundo Girão; 07 - José de Albuquerque Rocha; 08 - Edgar de Arruda; 09 - Valmir Pontes; 10 - Dolor Barreira; 11 - Antônio Marques Cavalcante; 12 - Willys Santiago Guerra; 13 - Miramar da Ponte; 14 - Tristão de Alencar; 15 - Tomás Pompeu de Sousa; 16 - José Maria Othon Sidou; 17 - Clodoaldo Pinto; 18 - Paulo Sarasate; 19 - Péricles Ribeiro; 20 - Auri Moura Costa; 21 - Fran Martins; 22 - Wanda Othon Sidou; 23 - Evaldo Ponte; 24 - Castelo de Castro; 25 - Waldemar Falcão; 26 - Mardônio Botelho; 27 - Justiniano de Serpa; 28 - José de Alencar; 29 - Antônio Carlos Costa e Silva; 30 - Luiz Cruz de Vasconcelos; 31 - Jäder de Carvalho; 32 - Olavo Oliveira; 33 - José Martins Rodrigues; 34 - Raimundo Lustosa Cabral; 35 - Farias Brito; 36 - Matos Peixoto; 37 - Plácido Castelo; 38 - Pe. Ibiapina; 39 - Manoel Lourenço dos Santos; e 40 - Alcântara Nogueira.

Art. 33. Tem caráter de perpetuidade o título de Acadêmico obtido com a posse.

Art. 34. A Academia terá distintivo que contenha uma balança, dois ramos de louro, um livro aberto e a deusa Thêmis, além do nome ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS JURÍDICAS e a sigla ACLJUR.

Art. 35. O Colar Acadêmico, que obedecerá a modelo a ser aprovado, será usado pelos Membros Efetivos em sessões acadêmicas solenes.

Art. 36. A Academia aceitará ofertas, doações ou outro qualquer auxílio de seus membros ou de outras pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 37. A Academia aceitará encargos que tenham por fim o progresso e o aprimoramento do Direito em geral e das letras jurídicas nacionais.

Parágrafo único. A Academia poderá instituir uma revista semestral, que circulará sob a supervisão do Diretor Cultural, após aprovação do Conselho Editorial, contendo artigos e matérias dos acadêmicos e articulistas convidados pela Diretoria.

Art. 38. No caso de extinção da Academia, o que só ocorrerá com o voto unânime de seus Membros Efetivos, será o seu patrimônio transferido para uma



1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Registro Microfilmado
119362

organização filantrópica que zelee pela cultura ou para uma associação cearense por ela designada, com fins idênticos, de preferência nesta capital.

Art. 39. Os casos omissos serão regulados pelas disposições legais cabíveis.

Art. 40. O presente Estatuto Social entrará em vigor na data de sua aprovação, em 28 de setembro de 2011.

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA FINAL

Art. 41. Preenchidas, embora que parcialmente, as Cadeiras, o Presidente eleito na sessão de fundação, designará uma sessão especial quando serão solenemente empossados os acadêmicos e a primeira Diretoria.

Fortaleza, Ceará, 28 de setembro de 2011.

Presidente: José Damasceno Sampaio

1º Vice-Presidente: Ricardo Bacelar Paiva

2º Vice-Presidente: Valdetário Andrade Monteiro

1º Secretário: Roberto Victor Pereira Ribeiro

2º Secretário: Durval Aires Filho

3º Secretário: Francisco Humberto Cunha Filho

1º Tesoureiro: Emerson Castelo Branco

2º Tesoureiro: José Júlio da Ponte Neto

Diretor Cultural: Cid Sabóia de Carvalho

TABELIONATO PERGENTINO KATA
3o. Ofício de Notas
Av. Pe. Antonio Tomas, 920 - Aldeota
Fortaleza-CE - Tel: (85) 3304-9444

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
122Fr10V32J-EMERSON CASTELO BRANCO MENDES
Dout. fe. Us: 02
Fortaleza-CE, 28 de Janeiro de 2012.

Em testemunho da verdade.

EMANUELL MAGALHÃES PINHEIRO - E. Autor
MARIA HARLY NOT. PIREIRO - E. Autor
ALEXANDRE P. DE OLIVEIRA - E. Aut.
THIAGO FERNANDES ARAÚJO - E. Aut.
FABRICIO GOMES
VALIDO
AUTENTICIDADE.



RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) De Francisco Humberto Cunha Filho
DOUTOR FE. por Semelhancas
28 JAN. 2013
EM TESTE JUNHO DA VERDADE
CLAUDIO MARTINS
TABELIÃO



3º OFÍCIO DE NOTAS
Av. Pe. Antonio Tomas, 920
Tel: (85) 3304-9444
Aldeota - Fortaleza - CE
VÁLIDO SOMENTE COM Selo de Autenticidade
Razão: ROR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
Roberto Lima
Em Test. da verdade. Fortaleza - CE.
24 JAN. 2013
ROBERTO LIMA - TABELIÃO
FABRÍCIO GOMES DE ARAUJO - ESC. A. TABELIÃO
EBANIEL MAGALHÃES - AMÉRICO - F. L. TABELIÃO
CICERO ALDO DE MORA CORREIA - MAMA - L. B. TABELIÃO
MARIA MARLY MOTA - BEBHO - L. B. AUTORIZADA
THIAGO FERNANDES ARAUJO - ESC. AUTORIZADA
ANTONIO ALEXANDRE MAMA - F. L. TABELIÃO



10º Tabelionato de Notas de Fortaleza - Cartório Moreira de Deus
Rua Cassiano Monteiro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza - CE - Fone: (85) 3223-6665
Tabeli: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus
Reconheço por Autenticidade a(s) firma(s) abaixo:
CID SAGDIA DE CARVALHO
lançada em minha presença. Dou fé.
Fortaleza, 04/12/2012 Em teste da verdade.
Paulo Henrique Anselmo de Oliveira - Escrevente



Reconheço a(s) firma(s) semelhancas
Ricardo Bezerra
Barra
Dou fé. Fortaleza
03 DEZ. 2012
Beir. M. Elgnir Lima Sales Liberato - Of.
Carlos Filipe Sales Bezerra - Substituto
Antônia Cristina da Silva Abreu - Escrevente
Claudemir de Sousa Santos - Escrevente
Germana Maria Silva de Mesquita - Escrevente
Bruno da Silva Abreu - Escrevente
VÁLIDO SOMENTE COM SELo DE AUTENTICIDADE
1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Av. Pe. Antônio Tomás, 920
Tel.: (PABX) (85) 3304.9444
centado hoje, protocolado e registrado em
no livro "A" do Registro Civil das Pessoas
sob o número 149362



8. TAB. DE NOTAS E PROTESTO DE TITULOS
ITAP. AGUIAR-Fortaleza-CE/Tel:85-3466-7777
VÁLIDO SOMENTE COM SELo DE AUTENTICIDADE
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:
ITAGSE - JOSE JULIO DA FORTI NETO.....
Fortaleza, 03 de Dezembro de
2012-16h45
da verdade.



TABELIONATO PERCINTINO MAIA
3º. Ofício de Notas
Av. Pe. Antonio Tomas, 920 - Aldeota
Fortaleza-CE - Tel: (85) 3304-9444

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[J1w14rE3]-VALDETARIO ANDRADE MONTEIRO..
[J1w1edB3]-DURVAL AIRES FILHO.....
Dou fé. Us: 089
Fortaleza-CE, 23 de Novembro de 2012.
Em testemunho da verdade.

CONCEICAO DE MARIA CORREIA MAIA-E.Sub.
MARIA MARLY
ANT. ALEXANDRE
THIAGO FERNANDES
FABRICIO VAL
AUTENTICIDADE
Selo de Autenticidade
TRIBUNAL DE JUSTICA DO
ESTADO DO CEARA
ORHN 02
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BI 314.031
DE FIRMA
Nº BI 314.032

Reconheço POR AUTENTICIDADE a(s) fir-
ma(s) de:
[J1w14rE3]-JOSE DAMASCENO SAMPADO..
Dou fé. Us: 089
Fortaleza-CE, 23 de Novembro de 2012.
Em testemunho da verdade.
CONCEICAO DE MARIA CORREIA MAIA-E.Sub.
MARIA MARLY
ANT. ALEXANDRE
THIAGO FERNANDES
FABRICIO VAL
AUTENTICIDADE
Selo de Autenticidade
TRIBUNAL DE JUSTICA DO
ESTADO DO CEARA
BY2L 02
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BI 314.035



1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Registro Microfilmado
14.9362

ACADEMIA CEARENSE DE LETAS JURÍDICAS - ACLJUR

QUALIFICAÇÃO DOS DIRETORES:

Presidente: José Damasceno Sampaio, brasileiro, casado, Advogado, OAB-CE 3.668, residente e domiciliado na Rua Francisco Vasconcelos de Arruda, nº 1010, CEP 60.821-220, Jardim das Oliveira, Fortaleza, Ceará.

1º Vice-Presidente: Ricardo Bacelar Paiva, brasileiro, casado, Professor e Advogado, OAB nº 14.408, residente e domiciliado na Rua Leonardo Mota, 700, apto. 1900, CEP 60.170-040, Meireles, Fortaleza, Ceará.

2º Vice-Presidente: Valdetário Andrade Monteiro, brasileiro, casado, Professor e Advogado, OAB-CE 11.140, residente e domiciliado na Rua Silva Paulet, nº 354, Apto. 600, CEP 60160-250, Aldeota, Fortaleza, Ceará, CPF: 387.864.513-91;

1º Secretário: Roberto Victor Pereira Ribeiro, brasileiro, casado, Professor e Advogado, OAB-CE 21.067, residente e domiciliado na Av. Pe. Antônio Tomás, 630, CEP 60.140-160, Aldeota, Fortaleza, Ceará.


2º Secretário: Durval Aires Filho, brasileiro, casado, Juiz de Direito, Rua Bento Albuquerque, nº 1600, apto. 602, CEP 60.190-080, Papicu, Fortaleza, Ceará, CPF: 117.191.763-52, nascido 23/12/1954, telefone 3262-3622;

3º Secretário: Francisco Humberto Cunha Filho, brasileiro, casado, Professor e Advogado inscrito na OAB/CE sob o nº 8.292, residente e domiciliado na Av. Dr. Correia Lima, 2001, Parque Manibura, Fortaleza-CE, CEP.: 60.834-620;

1º Tesoureiro: Emerson Castelo Branco, brasileiro, casado, Defensor Público, inscrito na OAB/CE sob o nº 13.575, residente e domiciliado na Rua Coronel Gustavo Lima, Nº 222, Apto. 601 Coco, Fortaleza-CE, CEP.: 60.810-321, portador do CPF nº 521.224.173-15.

2º Tesoureiro: José Júlio da Ponte Neto, brasileiro, divorciado, professor e advogado, OAB/CE 4346, Rua Pereira Valente, nº 486, apto. 202, Fortaleza, Ceará. CPF: 194.672.303-72.

Diretor Cultural: Cid Sabóia de Carvalho, brasileiro, casado, Professor e Advogado, OAB-CE 1.516, residente e domiciliado na Rua Gustavo Sampaio, 1999, CEP 60.455-001, Parquelândia, Fortaleza, Ceará.


José Damasceno Sampaio
Advogado - OAB/CE 3668